



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL - SR/PF/RS

## PROJETO BÁSICO

Nº 60082118

SEI 08430.009938/2024-12

### 1. OBJETO

1.1 Seleção de proposta para fornecimento de área situada em Shopping, na cidade de Porto Alegre/RS, a fim de atender as instalações e funcionamento de novo Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) da sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS).

1.1.1. Trata-se do fornecimento de 1 serviço - contemplando cessão, em regime de comodato, de área mínima de 408,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oito metros quadrados) bem como mobiliário e serviços acessórios para a respectiva área. Consideram-se serviços acessórios, nesta demanda, conservação, limpeza, segurança, vigilância, montagem e manutenção de redes elétrica, telefônica e lógica. Especificações necessárias serão descritas no ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação (60082077) SR/PF/RS, no Projeto Básico (60082118) SR/PF/RS e no Edital de Chamamento Público.

1.1.2 Compreende-se a disponibilização de ambiente de atendimento e da infraestrutura e serviços necessários para plena operação das atividades de atendimento do público requerente de passaporte, estrangeiros e de registro de armas. Especificamente, busca-se espaços físicos para as unidades, NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Passaportes da Delegacia de Imigração; NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Imigração; e, SINARM/DELEAQ/DREX/SR/PF/RS, Sistema Nacional de Armas da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos.

1.2 A mobilização e funcionamento do PAPA ocorrerá imediatamente após a implantação da área no Shopping Center detentor do contrato de comodato.

1.3 A área do PAPA de, no mínimo, 408,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oito metros quadrados) será dividida da seguinte forma:

1.3.1 Área destinada para o NUPAS, no mínimo, 120,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados):

1.3.1.1 Área destinada ao núcleo de expedição e entrega de passaporte.

1.3.1.2 Área destinada a sala de espera de atendimento do passaporte.

1.3.1.3 Área destinada a sala de gestores do passaporte.

1.3.1.4 Área destinada a copa.

1.3.2 Área destinada para o NRE, no mínimo, 167,00 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete metros quadrados):

1.3.2.1 Área destinada ao núcleo de expedição e entrega de documentos de registros de estrangeiros.

1.3.2.2 Área destinada a sala de espera de atendimento do registro de estrangeiros.

1.3.2.3 Área destinada a sala de gestores do registro de estrangeiros.

1.3.2.4 Área destinada a copa.

1.3.3 Área destinada para o SINARM, no mínimo, 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados):

1.3.3.1 Área destinada ao núcleo de expedição e entrega de documentos de controle de armas.

1.3.3.2 Área destinada a sala de espera de atendimento do controle de armas.

1.3.3.3 Área destinada a sala de gestores do controle de armas.

1.3.3.4 Área destinada a copa.

1.3.4 Área destinada Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no mínimo, 21,00 m<sup>2</sup> (vinte e um metros quadrados):

1.3.4.1 Área de suporte de TIC: destinada ao serviço de suporte de TIC e rack das empresas de telecomunicações.

1.3.4.2 Área de datacenter: destinada ao rack de ativos de rede, servidores e Nobreaks.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1 Considerando as diretrizes emanadas do Governo Federal quanto a busca de melhorias no atendimento ao cidadão.

2.2 Considerando os compromissos da Polícia Federal com atendimento ao Cidadão, e o objetivo de proporcionar maior efetividade, agilidade e melhoria contínua na prestação de serviços aos cidadãos.

2.3 Considerando a grande quantidade de atendimentos para a expedição e entrega de passaporte, registros migratórios e controle de armas.

2.4 Considerando a localização dos Shoppings existentes em Porto Alegre/RS, que se posicionam em áreas no entorno da sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS).

2.5 Justifica-se a realização de cessão em comodato para atender as instalações dos novos postos de atendimento de Polícia Administrativa da sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS), para um maior conforto ao cidadão requerente de passaporte e maior comodidade e melhoria nas condições desses serviços.

2.5.1 A presente demanda emerge da imperativa necessidade de aprimoramento contínuo dos serviços públicos prestados pela Polícia Federal à sociedade gaúcha, alinhando-se diretamente às diretrizes governamentais de busca pela excelência no atendimento ao cidadão e aos objetivos estratégicos da Polícia Federal de "Servir à sociedade com excelência e transparência".

2.5.2 Atualmente, a sede da Superintendência da Polícia Federal em Porto Alegre/RS lida com um volume significativo de atendimentos diários, processando, em média, 515 requerentes e retirantes de passaporte, além de 150 estrangeiros para registro e emissão de documentos. A este montante, somam-se as demandas do SINARM e dos CAC's (cadastro de atiradores e colecionadores), com uma estimativa de 65 atendimentos diários, já em 01/07/2025 - totalizando uma projeção de 733 pessoas por dia para a futura unidade. ALÉM DISTO, A PREVISÃO DE ATENDIMENTO AOS CAC'S NÃO ENCONTRA ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL NA SEDE DA SR/PF/RS, ATUALMENTE. Este deslocamento de unidades de atendimento ao público externo para um centro comercial também contemplará a necessidade de ampliação de área física de unidades recentemente criadas e que ficam nesta SR/PF/RS, entre elas: a Delegacia de Combate aos Crimes Cibernéticos, a Delegacia de Combate aos Crimes Ambientais, o Nucleo de Cooperação Internacional e o Grupo Segurança de Dignitários.

2.5.3 A localização estratégica em um Shopping center representa a solução mais eficaz para absorver este volume de atendimentos e, simultaneamente, elevar a qualidade da experiência do usuário. As instalações atuais da Polícia Federal, embora cumpram sua função, não dispõem das mesmas facilidades, utilidades e comodidades que um ambiente de Shopping pode oferecer. A mudança para um espaço de fácil acesso, com maior fluxo de pessoas e oferta de serviços complementares, como estacionamento, alimentação e segurança, proporcionará maior conforto, agilidade e conveniência aos cidadãos que buscam os serviços de passaporte, registros migratórios e controle de armas.

2.5.4 Adicionalmente, a opção pelo regime de comodato não apenas reflete um compromisso com a otimização de recursos e a minimização de custos para a Administração Pública, como também acarreta benefícios econômicos diretos, uma vez que despesas como consumo de energia elétrica, água e limpeza de banheiros serão absorvidas pelo comodante. Este arranjo permite que a Polícia Federal utilize um espaço qualificado e com infraestrutura adequada em um Shopping, sem a necessidade de dispêndio de recursos públicos para aluguel ou aquisição. Adicionalmente, o comodato acarreta uma redução substancial nas despesas operacionais da União, uma vez que o comodante (o Shopping) assume os encargos com luz, água e limpeza das áreas comuns e banheiros, liberando recursos orçamentários que seriam destinados a essas contas, e que agora podem ser realocados para outras prioridades da administração pública. Isso demonstra um planejamento estratégico que busca a eficiência operacional sem onerar o orçamento público.

2.5.5 A consolidação das unidades de UPAS, NRE e SINARM em um único posto de atendimento em ambiente de Shopping não só otimizará a logística interna da Polícia Federal, como também centralizará serviços essenciais para o cidadão, simplificando o acesso e aprimorando a percepção da qualidade do atendimento prestado. Trata-se, portanto,

de uma medida que visa a modernização e a eficácia da atuação da Polícia Administrativa, em benefício direto da população.

2.5.6 A presente demanda encontra-se em total consonância com os estudos técnicos preliminares que atestam a viabilidade e a relevância da medida para o interesse público. As providências estruturais e eventuais adequações do espaço físico serão de responsabilidade do Shopping vencedor do credenciamento.

2.6 Para um Shopping center, ceder um espaço em comodato para a Polícia Federal, mesmo que sem custo direto de aluguel, oferece uma série de vantagens estratégicas e de imagem, entre elas destacam-se:

2.6.1 Aumento do Fluxo de Pessoas. A presença de um posto da Polícia Federal, seja para emissão de passaportes, atendimento a estrangeiros ou outros serviços, atrai um grande volume de pessoas ao Shopping. Muitos desses indivíduos podem não ser visitantes habituais do local, o que significa: novos potenciais clientes - pessoas que vêm para resolver assuntos com a Polícia Federal podem aproveitar para fazer compras, comer ou usar outros serviços do Shopping – e diversificação do público – ampliando o perfil dos frequentadores do Shopping, incluindo pessoas que buscam serviços governamentais.

2.6.2 Reforço da Segurança e Percepção de Segurança. A presença de servidores e policiais federais, mesmo que focados em suas atividades específicas, naturalmente eleva o nível de segurança percebido no Shopping. Isso é um grande atrativo para os frequentadores e lojistas, pois inibe a criminalidade – a visibilidade de um órgão de segurança pública pode desestimular ações criminosas – e gera confiança - clientes e lojistas se sentem mais seguros, o que pode incentivar a permanência e o consumo no local.

2.6.3. Melhoria da Imagem e Responsabilidade Social. Ceder espaço para um serviço público essencial demonstra um compromisso do Shopping com a comunidade e com a facilitação do acesso a serviços importantes. Isso pode fortalecer a reputação do Shopping – posicionando o empreendimento como um parceiro cívico e socialmente responsável – e gerar boa vontade pública – criando uma imagem positiva junto à população e a outras instituições.

2.6.4 Geração de Conteúdo e Marketing. A instalação de um posto da PF é um evento relevante que pode ser utilizado em campanhas de marketing e comunicação do Shopping, destacando a inovação e conveniência - o Shopping se torna um hub de serviços, o que é um diferencial competitivo – bem como notícias e visibilidade – podendo gerar cobertura da imprensa local, aumentando a exposição do Shopping.

2.6.5 Ocupação de Espaços e Manutenção. Para o Shopping, é vantajoso ter um espaço ocupado e ativo, mesmo que sem receita direta de aluguel. Um espaço vazio gera custos de manutenção e segurança sem retorno. O comodato garante redução de custos com vacância - evita que um espaço fique ocioso e gere despesas – e vitalidade do ambiente - um espaço ocupado contribui para a dinâmica e movimentação do Shopping.

Em resumo, a ausência de custos financeiros diretos para a Polícia Federal se traduz em benefícios indiretos substanciais para o Shopping, que vão desde o aumento do fluxo de pessoas até o fortalecimento da imagem e segurança do empreendimento.

### 3. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

3.1 A área a ser fornecida para a instalação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) deverá ser de, no mínimo, de 408,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oito metros quadrados) capaz de atender as seguintes necessidades:

3.2 Para o NUPAS, no mínimo, 120,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados):

3.2.1 Sala de expedição e entrega de passaporte: deverá ser suficiente para a instalação de 08 (oito) estações de atendimento de passaporte em cubículos isolados, contendo, cada uma, painel de fundo branco e espaço para equipamento fotográfico, com impressora multifuncional, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros. Deverá ter uma sala individualizada que permita entrevista reservada de requerente ao passaporte.

3.2.2 Sala de gestores do passaporte: deverá ter visão para a área de expedição e entrega de passaporte, sendo suficiente para a instalação de 2 (duas) estações de atendimento, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros. Deverá conter um ramal telefônico interno para comunicação com a administração do Shopping.

3.2.3 Pequeno 'espaço kids', para entretenimento de crianças, com o objetivo de entreter os menores enquanto os pais realizam o processo de atendimento.

3.2.4 Área destinada a recepção. Esta sala deverá ser suficiente para comportar 01 mesa e a circulação de uma pessoa. A recepção ficará a cargo da administração pública (comodatário).

3.2.5 Área destinada a copa: deverá ser suficiente para 01 (uma) mesa, 01 (um) frigobar, 01 (um) micro-ondas, 01 (um) armário.

3.2.6 A porta de acesso deverá ter largura mínima de abertura de 160 cm. Tal porta, bem como o acesso às instalações do Posto de Emissão de Passaporte (PEP), deverão ser sinalizadas com o emblema da Polícia Federal e os dizeres "POLÍCIA FEDERAL" em caixa maior, conforme especificações contidas no Anexo I deste Projeto Básico.

3.2.7 Sistema eletrônico de fichas para o atendimento de solicitantes e retirantes de passaporte em ambiente de espera externo. Tal sistema deverá ser fornecido pelo Comodante e operado pelo Comodatário.

3.3. Para o NRE, no mínimo, 167,00 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete metros quadrados):

3.3.1 Sala de conferência de documentos: deverá ser suficiente para a instalação de 04 (quatro) estações de atendimento, em cubículos isolados, contendo, cada uma, painel de fundo branco e espaço para equipamento fotográfico, com impressora multifuncional, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros.

3.3.2 Sala de coleta de biometria: deverá ser suficiente para a instalação de 04 (quatro) estações de atendimento, em cubículos isolados, contendo, cada uma, painel de fundo branco e espaço para equipamento fotográfico, com impressora multifuncional, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros.

3.3.3 Sala de serviço administrativo interno e o arquivo de CRNM's e DPRNM's que serão entregues aos imigrantes: deverá ser suficiente para a instalação de 04 (quatro) estações de atendimento, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros.

3.3.4 Sala de análise dos processos e regularização migratória: deverá ser suficiente para a instalação de 05 (cinco) estações de trabalho, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros.

3.3.5 Sala de gestor do registro migratório: suficiente para a instalação de 1 (uma) estação trabalho, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 1 (um) gaveteiro. Deverá conter um ramal telefônico interno para comunicação com a administração do Shopping.

3.3.6 Pequeno 'espaço kids', para entretenimento de crianças, com o objetivo de entreter os menores enquanto os pais realizam o processo de atendimento.

3.3.7 Área destinada a recepção. Esta sala deverá ser suficiente para comportar 01 mesa e a circulação de uma pessoa. A recepção ficará a cargo da administração pública (comodatário).

3.3.8 Área destinada a copa: deverá ser suficiente para 01 (uma) mesa, 01 (um) frigobar, 01 (um) micro-ondas, 01 (um) armário.

3.3.9 A porta de acesso deverá ter largura mínima de abertura de 160 cm. Tal porta, bem como o acesso às instalações do Posto de Registros Migratórios (PRE), deverão ser sinalizadas com o emblema da Polícia Federal e os dizeres "POLÍCIA FEDERAL" em caixa maior, conforme especificações contidas no Anexo I deste Projeto Básico.

3.3.10 Sistema eletrônico de fichas para o atendimento de registro migratórios em ambiente de espera externo. Tal sistema deverá ser fornecido pelo Comodante e operado pelo Comodatário.

3.4. Para o SINARM, no mínimo, 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados):

3.4.1 Sala de conferência de documentos: deverá ser suficiente para a instalação de 12 (doze) estações de atendimento, em cubículos isolados, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros.

3.4.2 Sala de gestores do SINARM: deverá ter visão para a área de expedição e entrega de documentos, sendo suficiente para a instalação de 4 (quatro) estações de atendimento, bem como área de apoio às mesmas com no mínimo 2 (dois) gaveteiros. Deverá conter um ramal telefônico interno para comunicação com a administração do Shopping.

3.4.3 Área destinada a recepção. Esta sala deverá ser suficiente para comportar 01 mesa e a circulação de uma pessoa. A recepção ficará a cargo da administração pública (comodatário).

3.4.4 Área destinada a copa: deverá ser suficiente para 01 (uma) mesa, 01 (um) frigobar, 01 (um) micro-ondas, 01 (um) armário.

3.4.5 A porta de acesso deverá ter largura mínima de abertura de 160 cm. Tal porta, bem como o acesso às instalações do Posto de Controle de Armas – SINARM e CAC's –, deverão ser sinalizadas com o emblema da Polícia Federal e os dizeres "POLÍCIA FEDERAL" em caixa maior, conforme especificações contidas no Anexo I deste Projeto Básico.

3.4.6 Sistema eletrônico de fichas para o atendimento de controle de armas em ambiente de espera externo. Tal sistema deverá ser fornecido pelo Comodante e operado pelo Comodatário.

3.5 Para Área destinada Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no mínimo 21,00 m<sup>2</sup> (vinte e um metros quadrados):

3.5.1 Será composta por dois ambientes: área de Suporte de TIC e área de *Datacenter*.

3.5.2 A área de Suporte de TIC deverá comportar 01 (uma) bancada de trabalho de manutenção de TIC, 01 (um) armário duplo, alto com prateleiras e portas, e 01 (um) rack 19", 12U, de parede para instalação dos enlaces de dados das operadoras.

3.5.3 A área de *Datacenter* irá comportar um rack 19", 44U fechado, para instalação de ativos de rede e servidores, dois nobreaks de 2 a 5 KVA e sistema de climatização redundante.

3.5.4 A área de *Datacenter* deve ter no mínimo 4,00 m (quatro metros) de comprimento por 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de largura.

3.5.5 Todas as portas que dão acesso e caminho do exterior da edificação do Shopping, até o interior da área do datacenter, devem possuir no mínimo 1,10 m (um metro e dez centímetros) de largura.

3.5.6 O sistema de climatização da área do datacenter deve ter capacidade mínima de refrigeração de 18.000 BTU com redundância de igual capacidade, com controle independente para o ambiente, as unidades evaporadoras não podem estar posicionadas sobre o rack e nobreaks, preferencialmente montadas à frente do rack.

3.5.7 As duas áreas devem possuir separação física com portas chaveadas mecanicamente ou com fechaduras eletrônicas, sendo o acesso controlado pela unidade de TIC do COMODATÁRIO.

3.5.8 O acesso a área de *Datacenter* pode passar pela área de suporte de TIC, porém não ao contrário.

3.5.9. A área de *Datacenter* não deve possuir janelas ou qualquer outra abertura além da porta de acesso.

3.6 Caso as áreas de atendimento das unidades forem contíguas, entende-se viável que copas, espaços kids e sistema eletrônico de fichas sejam únicos para as diferentes unidades.

## **4. ESTAÇÕES DE TRABALHO**

4.1 As estações de trabalho são compostas por uma mesa em L de no mínimo 1,60m de largura por 1,60m de comprimento, com cubículos isolados, contendo, cada uma, painel de fundo branco e espaço para equipamento fotográfico e suporte para cadeira do requerente, além de um gaveteiro volante com 4 (quatro) gavetas, sendo uma cadeira com rodízios para o atendente e duas cadeiras dos interlocutores.

4.2 Os mobiliários serão fornecidos pelo COMODANTE.

4.3 Todas as áreas devem ser climatizadas e com sistema de renovação de ar.

4.4 Piso com resistência para alto tráfego e lavável.

4.5 Sinalização interna e comunicação visual eficiente e adequada, inclusive com placas indicativas aos usuários do local onde a Polícia Federal está instalada dentro do Shopping, seguindo o manual disposto no Anexo I deste Projeto Básico.

4.6 O espaço deverá fornecer instalações elétricas e lógicas (com cabeamento, mas sem equipamentos).

4.7 Toda a área deverá ser entregue pronta e acabada, com repartições em divisória ou *drywall*, com projetos aprovados pelo COMODATÁRIO.

4.8 Elaboração de layout/planta baixa das áreas e disposições dos móveis acima, sujeita à aprovação da Polícia Federal, de climatização e renovação do ar, projeto de lógica e projeto elétrico (esses dois últimos precisam observar e prever os pontos abundantes para atender às alterações de layout) que necessitarão ser aprovados pela Polícia Federal.

4.9 Disponibilização de água potável, gelada, para uso do público por conta do COMODANTE.

## **5. DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

5.1 O horário de funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) será das 07:00h às 19:00h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

## **6. DO EMBLEMA**

6.1 Disponibilizar na entrada do espaço destinado a Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) o emblema representativo da Polícia Federal, conforme especificações contidas no Anexo I deste Projeto Básico.

**7. DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, LÓGICAS, TELEFÔNICAS e VIDEOMONITORAMENTO**

**7.1 Da Alimentação Elétrica:**

7.1.1 O fornecimento de energia para os ambientes será feito a partir das instalações internas, com alimentação em tensão de 127V, em quadro elétrico de tomadas e iluminação.

7.1.2 As estações de trabalho e atendimento deverão possuir pelo menos uma tomada elétrica, instalada próxima a estação, acompanhada de uma régua de no mínimo 4 tomadas, para ligação dos equipamentos de TIC.

7.1.3 As tomadas elétricas das estações de trabalho e atendimento deverão estar conectadas ao grupo gerador da edificação.

7.1.4 Dispor de unidade geradora conectada ao Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) em caso de descontinuidade de fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária local.

7.1.5 As manutenções elétricas preventivas e corretivas ficarão a cargo do COMODANTE.

7.1.6 Todos os elementos e serviços de instalações deverão seguir rigorosamente a NBR/ ABNT relacionada e o projeto deverá possuir a ART do Engenheiro responsável.

**7.2 Da área de TIC:**

7.2.1 Deverão ser disponibilizados 07 (sete) circuitos elétricos no interior da área de TIC, dentro da área do Datacenter. Sendo para os nobreaks: 02 (dois) de no mínimo 20A em 127V e 02 (dois) de no mínimo 20A em 220V. Para os equipamentos de ar-condicionado, 02 (dois) com carga e tensão adequados aos aparelhos de ares-condicionados. Para as tomadas da bancada de manutenção na área de Suporte de TIC 02 (um) de no mínimo 10A em 127V.

7.2.2 Os 07 (sete) circuitos elétricos deverão estar conectados ao grupo gerador da edificação.

7.2.2 As tomadas que alimentarão os nobreaks serão fornecidas em 2P+T, 20A, uma em cada circuito elétrico.

7.2.3 Na bancada de manutenção serão fornecidos 4 (quatro) tomadas 2P+T, 10A, fixadas 20 cm acima da bancada.

7.2.4 Deverá ser disponibilizado um circuito elétrico da posição dos nobreaks, instalados na área do Datacenter, até a tomada 2P+T, 10A, disponibilizada para alimentar o rack aéreo, localizado na área de Suporte de TIC.

**7.3 Do Cabeamento Estruturado:**

7.3.1 O cabeamento estruturado deverá atender as especificações contidas no Anexo II – Requisitos de Informática.

7.3.2 As estações de trabalho e atendimento deverão possuir pelo menos um ponto lógico, instalado próximo à estação.

7.3.3 As câmeras de videomonitoramento internas serão atendidas por um ponto lógico, instalado ao lado do ponto de fixação da câmera.

7.3.4 Na bancada de manutenção, instalada na área de suporte de TIC serão fornecidos 02 (dois) pontos lógicos, fixados 30 cm acima da bancada.

7.3.5 Caso as áreas previstas nos itens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3 não sejam contíguas ou extrapolem a distância máxima especificada no padrão para cabos par trançado, deverá ser fornecida interconexão em fibra óptica para uplink dos switchs de rede setorizados.

7.3.5.1 Se forem empregados switchs de rede setorizados, deverá ser previsto espaço para instalação de rack 19", 12U, aéreo, dentro das áreas setorizadas.

7.3.5.2 Para cada rack aéreo deverá ter disponibilizada uma tomada elétrica 2P+T, 10A, 127V, instalada ao lado.

7.3.6 Cada ponto lógico será composto de tomada fêmea RJ-45, cabo UTP CATEGORIA 6, patchpanel e dois patchcords de 2,5 m (2 metros e cinquenta centímetros).

7.3.7 Cada patchpanel será acompanhado de organizador de cabos horizontal, fixado abaixo do patchpanel, nas dimensões adequadas para o modelo do rack.

7.3.8 Cada ponto lógico deve ser certificado dentro do padrão CATEGORIA 6.

7.3.9 É de responsabilidade do COMODANTE o fornecimento dos pontos lógicos, patchpanel, patchcords, fibras ópticas, DIOS e racks, bem como a certificação de cada ponto.

7.4 Do Enlace de Dados:

7.4.1 Os enlaces de dados de uso corporativo do COMODATÁRIO serão fornecidos pelo mesmo.

7.4.1.1 Os enlaces de dados do COMODATÁRIO serão disponibilizados no rack aéreo instalado na área de Suporte de TIC, item 1.3.4.2.

7.4.2 Os enlaces de dados necessários para uso do público, devem ser disponibilizados de forma gratuita com conexão via Wi-Fi pelo COMODANTE e conforme regras de uso e cadastro do mesmo, devendo cobrir as áreas de atendimento ao público e zonas de aguardo de atendimento.

7.4.2.1 Os enlaces de dados fornecidos pelo COMODANTE não podem ser instalados e disponibilizados utilizando a infraestrutura de rede lógica em uso corporativo pelo COMODATÁRIO.

7.4.3 Os dados para contato, bem como os procedimentos logísticos referentes à implantação dos enlaces de dados do COMODATÁRIO, serão repassados ao COMODANTE durante a fase de planejamento de adequações do Posto de Atendimento.

7.5 Dos Equipamentos de TIC:

7.5.1 Para o adequado funcionamento da Posto de Atendimento serão instalados pelo COMODATÁRIO os equipamentos de TIC necessários para o desenvolvimento das atividades, tais como e não exaustivamente: ativos de rede, nobreaks, notebooks, desktops, impressoras, scanners, multifuncionais, câmeras fotográficas, leitores biométricos, câmeras IP, telefones IP, servidores de rede, NVR.

7.5.2 A manutenção e suporte aos equipamentos de TIC será realizada pelo COMODATÁRIO e/ou empresas indicadas por este.

7.6 Do Videomonitoramento:

7.6.1 O videomonitoramento das áreas comuns do COMODANTE e externas as áreas utilizadas pelo COMODATÁRIO serão monitoradas 24h por circuito fechado de câmeras, ao encargo do COMODANTE.

7.6.2 As áreas adjacentes aos espaços utilizados pelo COMODATÁRIO deverão ter cobertura de câmeras fixas ao encargo do COMODANTE.

7.6.3 O sistema de gravação das imagens captadas pelo COMODANTE deverá manter as imagens pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

7.6.4 A COMODANTE tem obrigação de fornecer acesso as imagens captadas e gravadas sob sua responsabilidade, sempre que devidamente oficiada a requisição pela COMODATÁRIA.

7.6.5.1 As imagens dinâmicas deverão ser fornecidas em formatos AVI, MPG ou MP4.

7.6.5.2 As imagens estáticas em formatos JPG, BMP, PNG ou TIF.

7.6.5.3 Caso o sistema da COMODANTE não exporte nos formatos requeridos, deverá fornecer em conjunto visualizador adequado para a imagem sem custos de licenciamento.

7.6.6 O videomonitoramento das áreas internas do COMODATÁRIO será realizado através de equipamentos fornecidos e instalados pelo COMODATÁRIO.

7.6.7 Os posicionamentos das câmeras de segurança internas serão indicados pelo COMODATÁRIO para o COMODANTE durante a fase de planejamento de adequações do Posto de Atendimento.

7.6.8 Serão empregadas internamente de 12 a 20 câmeras IP, conforme layout e disponibilização de espaço da proposta da COMODANTE.

7.6.9 A infraestrutura de lógica do videomonitoramento das áreas internas será fornecida pelo COMODANTE conforme especificado no item 7.3..

7.7 Resumo dos pontos lógicos e elétricos:

7.7.1 A tabela a seguir apresenta um resumo, mínimo, dos pontos lógicos e elétricos de uso específico para o PAPA;

Área	Pontos Lógicos	Pontos Elétricos
NUPAS – Sala de expedição e entrega de passaporte	3	4
NUPAS – Sala de gestores do passaporte	3	4
NUPAS – Espaço kids	1	1
NUPAS – Recepção	1	1
NUPAS – Copa	0	3
NRE – Sala de conferência de Documentos	5	5
NRE – Sala de coleta de biometria	5	5
NRE – Sala de serviço administrativo	5	5
NRE – Sala de análise de processos e regularização migratória	6	6
NRE – Sala de gestor do registro migratório	1	1
NRE – Espaço kids	1	1
NRE – Recepção	1	1
NRE – Copa	0	3
SINARM – Sala de conferência de documentos	13	13
SINARM – Sala de gestores do SINARM	5	5
SINARM – Recepção	1	1
SINARM – Copa	0	3
TIC – Área de <i>Datacenter</i>	1	8
TIC – Área de Suporte de TIC	2	5
TIC – Racks switchs setorizados	0	1 (para cada rack)
TIC – câmeras de videomonitoramento interno	12 a 20 (conforme layout do COMODANTE)	0
TIC – Wi-Fi do COMODATÁRIO	3 a 6 (conforme layout do COMODANTE)	0
Total	80	75

7.7.2 Os pontos elétricos de uso geral devem ser planejados e especificados pela COMODANTE.

7.7.3 Os pontos lógicos para uso de *access point Wi-Fi* disponibilizados pela COMODANTE, de forma gratuita, devem ser planejados e especificados pela COMODANTE.



## **8. OBRIGAÇÕES DO COMODANTE**

### **8.1 O COMODANTE obrigar-se-á:**

**8.1.1** Realizar as adaptações de todas as instalações necessárias para o funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), incluindo as instalações físicas (ambientações, layout), combate e prevenção a incêndio, detecção e alarme de incêndio, ar-condicionado, exaustão e ventilação, segurança patrimonial, elétricas, lógicas, CFTV (externo).

**8.1.2** Antes do início das obras e serviços, o COMODANTE deve submeter à aprovação da Polícia Federal os projetos executivos, em total obediência às normas técnicas e legislação vigentes atinentes aos assuntos, no qual deverão constar os projetos arquitetônicos e as instalações prediais citadas no subitem anterior contendo plantas- baixas, cortes, fachadas e perspectivas. Na apresentação do projeto arquitetônico, que deverá conter a Comunicação Visual do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), deverá conter detalhes do letreiro de identificação que esteja de forma harmoniosa com a fachada.

**8.1.3** Efetuar o pagamento dos custos referente à água, luz, manutenção predial, imposto predial ou territorial, além dos encargos comuns e específicos, fundo de promoção e propaganda e das demais despesas inerentes ao funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA).

**8.1.4** Isentar o COMODATÁRIO das despesas condominiais ordinárias e extraordinárias da área cedida a título de comodato.

**8.1.5** Apresentar ao COMODATÁRIO, previamente, relação nominal dos empregados que adentrarão do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) os quais devem estar devidamente uniformizados, identificados por meio de crachá.

**8.1.6** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

**8.1.7** Não permitir a utilização de qualquer tipo de trabalho disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, dos empregados envolvidos com a manutenção, limpeza e conservação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), durante toda a vigência do Contrato.

**8.1.8** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do COMODATÁRIO, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, quando for o caso.

**8.1.9** Relatar ao COMODATÁRIO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do comodato.

**8.1.10** Dispor de unidade geradora com dedicação ao Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) em caso de descontinuidade de fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária local.

**8.1.11** Viabilizar o acesso de servidor da Polícia Federal às dependências da unidade do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) sempre que necessário.

**8.1.12** Disponibilizar, no mínimo, de 15 (quinze) vagas privativa no estacionamento, próxima, para uso exclusivo da Polícia Federal, em local de fácil acesso ao Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) instalada no Shopping e com possibilidade de permanência diária - compatível com o horário de atendimento; e, 02 (duas) credenciais de isenção do estacionamento, para uso exclusivo dos servidores e contratados da Polícia Federal para atuação ou eventuais necessidades de acesso ao Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) instalada no Shopping.

**8.1.13** Não utilizar brasão, marca, símbolo ou designação idêntica, semelhante ou alusiva à Polícia Federal de forma não prevista e não previamente autorizada pela Polícia Federal ou fora dos propósitos previstos no contrato.

**8.1.14** Não vincular ou sugerir qualquer tipo de vinculação de produto ou marca comercial com a imagem da Polícia Federal.

**8.1.15** Não divulgar de qualquer forma a imagem da Polícia Federal, exceto quando prévia e expressamente autorizado pelo Órgão.

**8.1.16** Não executar qualquer atividade que seja de atribuição exclusiva da Polícia Federal.

**8.1.17** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**8.1.18** Manter em perfeito estado de funcionamento e conservação todas as instalações do imóvel, interna e externamente, inclusive a pintura interna.

**8.1.19** Cumprir e fazer cumprir, por si ou seus prepostos, a legislação federal aplicável, bem como os regulamentos e normas editadas pela Receita Federal, assim como as regras de convivência social, com vistas à boa ordem, a moral e

aos bons costumes.

8.1.20 Cumprir as demais obrigações constantes do Edital, projeto básico, contrato e respectivos anexos.

8.1.21 Realizar a sinalização interna e comunicação visual eficiente e adequada, inclusive com placas indicativas aos usuários do local onde a Polícia Federal está instalada dentro do Shopping.

8.1.22 Realizar diariamente a limpeza do espaço físico e dos equipamentos ofertados ao Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), além de fornecimento de água potável, gelada, para área de espera.

## **9. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO**

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela COMODANTE, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2 Fazer funcionar, na área disponibilizada pela COMODANTE, o Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), composto do NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Nucleo de Passaportes da Delegacia de Imigração; NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RS, Núcleo de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Imigração; e, SINARM/DELEAQ/DREX/SR/PF/RS, Sistema Nacional de Armas da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos.

9.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas todas as condições ajustadas.

9.4.1 Executar com exclusividade todas as atividades de Polícia Administrativa que serão realizadas no Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA).

9.4.2 Notificar a COMODANTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4.3 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.4.4 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.5 Fornecer os equipamentos eletrônicos para o funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA); à exceção do sistema eletrônico de fichas para o atendimento (itens 3.2.7, 3.3.10 e 3.4.6).

9.6 Receber, no início da execução do contrato, os bens fornecidos a título de mútuo acordo pela COMODANTE, conferindo seu estado de conservação e funcionamento.

9.7 É de inteira responsabilidade do COMODATÁRIO as ações de seus servidores e qualquer tipo de dano por eles causado ao COMODANTE ou terceiros.

## **10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

10.1 O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Caso não tenha interesse na prorrogação, o COMODANTE deverá enviar comunicação escrita ao COMODATÁRIO, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

## **11. DOS CUSTOS E PRAZO DE INSTALAÇÃO**

11.1 Os custos com as instalações físicas, elétricas e lógicas, descritos nos itens elencados no presente Projeto Básico, ficarão a cargo do COMODANTE vencedor, bem como haverá isenção do pagamento das despesas referentes à água, luz, manutenção predial, condomínio, imposto predial ou territorial, serviço de atendimento inicial acessório ao público, além dos encargos comuns e específicos, fundo de promoção e propaganda e das demais despesas inerentes ao funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA).

11.1.1.1 Inobstante o serviço de atendimento inicial acessório ao público relacionar-se a serviços de recepção, ou seja, passível de execução indireta, a COMODATÁRIA certificar-se-á que o(s) serviço(s) acessório(s) a ser(em) fornecido(s) pela COMODANTE não incorrerá(ão) em irregular terceirização.

11.1.2 Esclarece-se que não é necessário fornecimento de serviço de recepção interna para o Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA). O serviço de atendimento inicial acessório ao público trata-se do serviço de atendimento do Shopping que passará a fornecer informações sobre onde se encontram localizados os locais de atendimento ao público da Polícia Federal.

11.1.3 Em se tratando da contratação de 1 serviço - contemplando cessão, em regime de comodato, de área mínima de 408,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oito metros quadrados) bem como mobiliário e serviços acessórios para a respectiva área. Neste caso, são considerados serviços acessórios: conservação, limpeza, segurança, vigilância, montagem e manutenção de redes elétrica, telefônica e lógica, cujas especificações necessárias são descritas no ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação (60082077) SR/PF/RS, neste Projeto Básico (60082118) SR/PF/RS e no Edital de Chamamento Público. Entende-se que o número de postos de trabalho para estes serviços acessórios deva ser quantificado pelo COMODANTE a partir da área a ser fornecida – que inclusive pode ser maior do que a área mínima – e a natureza dos serviços acessórios contratados. O padrão dos serviços acessórios deve ser mantido de modo homogêneo para com todas as áreas do Shopping vencedor. O COMODATÁRIO realizará avaliação de que os serviços acessórios estão adequados na execução das etapas de fiscalização da contratação.

11.2 A COMODANTE terá prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos serviços e aquisições de bens para implantação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA). Mediante requerimento formal e prévio, com justificativa plausível da COMODANTE e autorização expressa do Superintendente Regional, tal prazo poderá ser dilatado. O período de implantação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) começa a contar 5 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, em decorrência de quaisquer impedimentos de ordem legal ou na obtenção das licenças necessárias às obras e serviços, alheios à vontade do COMODANTE.

## **12. DAS PROPOSTAS**

12.1 Os seguintes aspectos devem ser considerados na apresentação da Proposta:

12.1.1 O prazo de contratação terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2 Não haverá pagamento por parte da SR/PF/RS ao COMODANTE nem por parte do COMODANTE ao COMODATÁRIO em decorrência da vigência do comodato.

12.1.3 Os Shoppings deverão levar em consideração, quando da apresentação de suas propostas, o atendimento à legislação municipal vigente.

12.1.4 O período de implantação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA) começa a contar 05 (cinco) dias a partir da aprovação do projeto pelo COMANDATÁRIO, podendo ser prorrogado, em decorrência de quaisquer impedimentos de ordem legal ou na obtenção das licenças necessárias às obras e serviços, alheios à vontade do COMODANTE.

12.1.5 Durante o período de implantação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), o COMODANTE deverá providenciar a apresentação dos projetos necessários, bem como executar as respectivas obras para o funcionamento do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), comunicando o término das obras ao COMODATÁRIO, para que ela fiscalize as condições de funcionamento.

12.1.6 O período de implantação do PAPA poderá ser prorrogado, a critério do COMODATÁRIO, em decorrência de quaisquer impedimentos alheios à vontade do COMODANTE.

12.1.7 O COMODANTE deverá apresentar a conclusão das instalações a serem cedidas, em plena consonância com sua proposta, para vistoria e liberação de funcionamento por parte do COMODATÁRIO.

12.1.8 Os critérios para o julgamento das propostas serão objetivos.

12.1.9 O não atendimento ao prazo de conclusão das obras de implantação do Posto de Atendimento de Polícia Administrativa (PAPA), por motivo não justificado, ensejará o cancelamento do contrato.

12.1.10 Os encargos com água, energia, coleta de lixo e obtenção de licenças, impostos e taxas, porventura incidentes, a qualquer tempo, são de responsabilidade do COMODANTE.

12.1.11 Quando da apresentação da proposta, a empresa interessada estará ciente e concordará com as condições contidas no Projeto Básico e seus anexos.

13. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO

13.1 Consagrar-se-á selecionado o Shopping que obtiver a maior pontuação, com base nos critérios a seguir descritos:

CRITÉRIOS	CÁLCULO PONTUAÇÃO	VALOR DA PONTUAÇÃO
NÚMERO QUE REPRESENTA A VARIEDADE DA REDE BANCÁRIA, AGÊNCIAS BANCÁRIAS, POSTOS OU AGÊNCIAS LOTÉRICAS. AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO SERÃO CONTADAS POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. CASAS LOTÉRICAS PONTUARÃO COMO AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PONTUAR POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA ATÉ MÁXIMO DE 5 INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS.	P1 = 4x (quantidade de instituições bancárias)	
NÚMERO DE VAGAS EXTRAS DE ESTACIONAMENTO. ALÉM DAS DESCRITAS NO ITEM 8.1.12. PONTUAR ATÉ MÁXIMO DE 10 VAGAS EXTRAS.	P2 = 3x (número de vagas)	
NÚMERO DE OPERAÇÕES DE ALIMENTAÇÃO NO EMPREENDIMENTO. PONTUAR ATÉ MÁXIMO DE 10 OPERAÇÕES DE ALIMENTAÇÃO.	P3 = 2x (quantidade de operações de alimentação)	
ÁREA ÚTIL EXTRA (EM METROS QUADRADOS) DE USO PRIVATIVO DA POLÍCIA FEDERAL. ALÉM DA DESCRITA NO ITEM 1.3. PONTUAR ATÉ MÁXIMO DE 200 METROS QUADRADOS.	P4 = 0,5 x (área extra em metros quadrados de uso privativo da Polícia Federal)	
LAYOUT DE TODAS AS ÁREAS DO PAPA DE FORMA CONTÍNUA (ÁREA CONTÍGUA E INTERLIGADA, POR MEIO DE PORTA, ESCADARIA E/OU ELEVADOR PRIVATIVOS)	P5 = SIM (60 pontos)	
PRESENÇA DE DOIS SANITÁRIOS (M/F) DE USO EXCLUSIVO DA POLÍCIA FEDERAL COM ACESSO PELO INTERIOR DO PAPA.	P6 = SIM (60 pontos)	
PT = P1+P2+P3+P4+P5+P6		

13.2 A nota final corresponderá à soma aritmética dos pontos obtidos nos quesitos acima, como segue: Nota Final = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6.

13.3. Ao final do procedimento, se existir mais de um inscrito, será declarado vencedor do chamamento o que tiver a maior pontuação, sendo com ele firmado o Termo de Comodato; OU, se existir apenas um inscrito, será firmado também Termo de Comodato, mas fundamentado na Inexigibilidade de Licitação prevista no caput, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

13.4 Havendo empate na totalização dos pontos obtidos, terá preferência o Shopping que tenha menor distância da sede da SR/PF/RS.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA sujeitará às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial nos artigos 155 a 162, e neste Projeto Básico.

14.2 Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas em lei ou neste instrumento:

14.2.1 Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação.

14.2.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto.

14.2.3 Fraudar na execução do contrato.

14.2.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

14.2.5 Cometer fraude fiscal.

14.3 Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, observados os princípios da legalidade, tipicidade e proporcionalidade, e garantido o devido processo legal:

14.3.1 Advertência por escrito, nos casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o serviço da CONTRATANTE.

14.3.2 Multa, nos seguintes termos:

14.3.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do custo da área cedida (aluguel + condomínio) em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.3.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do custo da área cedida (aluguel + condomínio), em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

14.3.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do custo da área cedida (aluguel + condomínio), em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.3.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do custo da área cedida (aluguel + condomínio).

14.3.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do custo da área cedida (aluguel + condomínio) por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o COMODATÁRIO a promover a rescisão do contrato.

14.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão ou entidade responsável pela licitação, pelo prazo de até 3 anos (art. 156 da Lei nº 14.133/2021).

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste item será precedida de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA/COMODANTE, nos termos dos artigos 158 a 162 da Lei nº 14.133/2021. São etapas do processo administrativo:

14.4.1 Notificação do contratado sobre a ocorrência da infração.

14.4.2 Prazo para apresentação de defesa prévia.

14.4.3 Análise da defesa e decisão da Administração.

14.4.4 Possibilidade de recurso administrativo.

14.4.5 Indicação das instâncias recursais.

14.5. Na dosimetria das sanções, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os prejuízos causados ao erário, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado.

14.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**15. RESCISÃO**

15.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais previstas no Art. 137 da Lei 14.133/21.

**16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 Compõe o presente Projeto Básico completando-o e especificando detalhadamente os requisitos técnicos das propostas os seguintes documentos:

16.1.1 Anexo I – Manual de Identidade Visual e Regras de Aplicação; documento SEI 40735636.

16.1.2 Anexo II – Requisitos de Informática; documento SEI 40835481.

16.1.3 Anexo III – Requisitos de Engenharia; documento SEI 40735307.

16.1.4 Anexo IV – Vistoria após a Conclusão da Implantação; documento SEI 40866337.

16.1.5 Anexo V – Modelo de proposta Centro Comercial; documento SEI 40887563.

16.1.6 Anexo VI – Modelo Referência Layout; documento SEI 40696935.

16.1.7 Anexo VII – Laudo de Vistoria do Imóvel; documento SEI 55192649.

16.1.8 Anexo VII – Estudo Técnico Preliminar; documento SEI 60082077.

16.2 Os documentos listados acima, trata-se de peças ilustrativas de caráter exemplificativo e não vinculantes, a serem posteriormente julgadas e escolhidas as propostas dos eventuais interessados conforme as apresentadas no chamamento público.

**RAFAEL SCORSATTO ORTIZ**  
Perito Criminal Federal  
Supervisor da UGE/SR/PF/RS

**TIAGO CARRARD CENTURIÃO**  
Agente Administrativo  
SR/PF/RS

APROVO este Projeto Básico.

**ALDRONEI ANTÔNIO PACHECO RODRIGUES**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul  
SR/PF/RS



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO CARRARD CENTURIAO, Agente Administrativo(a)**, em 26/05/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALDRONEI ANTONIO PACHECO RODRIGUES, Superintendente Regional**, em 26/05/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SCORSATTO ORTIZ, Perito(a) Criminal Federal**, em 26/05/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=60082118&crc=3A2C2A14](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=60082118&crc=3A2C2A14).

Código verificador: **60082118** e Código CRC: **3A2C2A14**.